

**COMPANHIA ENERGÉTICA DA BORBOREMA**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2001**  
**OBJETO DE PUBLICAÇÃO**

## Relatório da Administração

### Senhores Acionistas:

A Administração da CELB - Companhia Energética da Borborema tem a satisfação de apresentar os resultados de 2001, acompanhados das demonstrações contábeis correspondentes.

### 1 – Aspectos administrativos e a conjuntura nacional

O ano de 2001 foi marcado pelo racionamento, determinado em face da impossibilidade de geração e transmissão de energia elétrica para atender plenamente às demandas do mercado, o que exigiu das empresas distribuidoras um extraordinário esforço de ajustamento e adequação dos seus programas e orçamentos para enfrentar essa adversidade. Para cumprimento do disposto nas resoluções da GCE – Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, pertinentes ao racionamento de energia elétrica, a CELB constituiu uma equipe interdepartamental para coordenar as ações do programa, analisar as solicitações dos consumidores, bem como atender à fiscalização e acompanhamento da Agência Nacional de Energia Elétrica. Programas de treinamento para atendentes, novos sistemas computacionais e ampliações do *call center* se fizeram necessários, bem como a mobilização da opinião pública, em parceria com diversos órgãos e entidades, visando a consecução plena das metas estabelecidas. Apesar desse conturbado cenário, a CELB deu continuidade ao seu programa de investimentos, visando a melhoria da qualidade dos seus serviços, sendo de destacar:

- A conclusão do Sigrel – Sistema de Gerenciamento de Redes Elétricas, que permite o detalhamento e o monitoramento de todas as instalações elétricas da empresa;
- A instalação de cerca de 2.300 medidores de energia elétrica em unidades até então sem medição;
- A implementação de uma política mais agressiva de negociação/recebimento, visando a redução da inadimplência, o que tem traduzido num número maior de cortes de fornecimento de energia a consumidores, e de um programa de combate à fraude, com inspeção em unidades consumidoras. Em 2001, as perdas comerciais da empresa situaram-se em 13,4 %;
- A aquisição de 23 novos veículos para renovação da frota da empresa;
- Os serviços de manutenção das redes de distribuição da empresa, visando a redução contínua dos seus índices DEC e FEC, que, em 2001, se situaram em 12,87 (15,54 em 2000) e 13,86 (15,15 em 2000), respectivamente;
- A execução de obras de distribuição, compreendendo, basicamente, a construção de 59 Km de redes urbanas e rurais, a implantação de 648 postes e 32 transformadores.

Essas e outras realizações no exercício resultaram em investimentos de R\$ 5.747 mil (R\$ 9.903 mil em 2000).

Ao término do ano a CELB apresentava um efetivo de 182 empregados.

A seguir, apresentam-se alguns indicadores de produtividade e informações relativas ao desempenho econômico - social da CELB:

### Indicadores de Produtividade

	2001	2000	1999	1998
Número de empregados	182	196	271	311
Número de consumidores	123.816	118.499	119.059	117.827
MWh vendidos por empregado	2.591	2.854	1.800	1.456
Consumidores por empregado	680	605	439	379

### Balanco Social

	2001	2000
<b>1. Indicadores econômico-financeiros (R\$ mil)</b>		
1.1 - Receita Operacional Líquida	67.433	48.313
1.2 - Lucro Operacional (exclui R\$ 645 mil referentes a despesas de juros sobre o capital próprio, em 2000)	(10.864)	3.549
1.3 - Folha de Pagamento	6.319	8.251
<b>2. Indicadores Laborais (R\$ mil)</b>		
2.1 - Alimentação	372	332
2.2 - Encargos Sociais	1.592	2.232
2.3 - Previdência Privada	128	180
2.4 - Saúde	153	238
2.5 - Educação	30	70
2.6 - Participação nos Resultados	-	119
2.7 - Outros Benefícios	131	55
Total - Indicadores Laborais (2.1 a 2.7)	2.406	3.226
<b>3. Indicadores e Investimentos Sociais (R\$ mil)</b>		
3.1 - Impostos (excluídos encargos sociais)	11.917	11.860
3.2 - Contribuição p/a Sociedade/Investimentos na Cidadania	-	123
3.3 - Programa Luz no Campo	70	17
3.4 - Programa de eficiência energética, pesquisa e desenvolvimento	220	772
Total - Indicadores e Investimentos Sociais (3.1 a 3.4)	12.207	12.772
<b>4. Indicadores do Corpo Funcional</b>		
4.1 - N° de empregados ao final do período	182	196
4.2 - N° de admissões durante o período	13	25

### 3 - Mercado de energia elétrica

O ano de 2001 representou para as distribuidoras de energia elétrica dois momentos distintos: antes do racionamento e com o racionamento. Particularmente para a CELB, nos cinco **primeiros meses do ano**, as vendas físicas de energia elétrica aos seus consumidores finais apresentaram um **crescimento** de 7,3 % em relação ao mesmo período de 2000, porém nos meses de **junho a dezembro de 2001**, com a implementação do plano de racionamento de energia elétrica, esse mesmo mercado mostrou uma **redução** de 23,1 % no consumo de energia, comparativamente ao mesmo período do ano anterior. Nesse período do racionamento, a classe rural foi a que apresentou a maior queda no consumo (-38,3 %). Em seguida aparecem as classes residencial e comercial, com reduções no consumo de, respectivamente, 26,0 % e 24,4 %. Por sua vez, o consumo da classe industrial caiu 20,5 %. Conseqüentemente, no exercício de 2001, o consumo de energia elétrica na área de concessão da empresa reduziu-se em 10,9 %, em relação a 2000.

A CELB encerrou o exercício com 123.816 consumidores, 4,5 % a mais que em 2000. O consumo de energia elétrica no seu mercado próprio foi de 456 GWh.

Recentemente foi firmado acordo entre o Governo Federal e as empresas de geração e distribuição de energia elétrica, no qual foi constituído e reconhecido no exercício de 2001 uma recomposição tarifária extraordinária, que visa compensar as perdas de receitas provenientes do racionamento. Para efeitos dessa compensação, no final de dezembro de 2001, o Governo autorizou reajustes nas tarifas de energia elétrica, à razão de 2,9% para os consumidores da classe residencial e rural e de 7,9% para os consumidores da classe comercial, industrial e do setor público, de forma a amortizar esse ativo. Com isso, a receita operacional bruta atingiu R\$ 79.315 mil, significando um acréscimo de 34,7 % em relação a 2000. Nessa receita, incluem R\$ 20.194 mil referentes à constituição desse ativo. Em fevereiro de 2001, as tarifas de fornecimento da CELB foram reajustadas em 15,93 % e as de suprimento em 9,86 %.

### **3 - Resultados econômico-financeiros**

Os esforços de racionalização de custos e uma eficaz supervisão de serviços conduzidos pela CELB, envolvendo pessoal, material, serviços de terceiros, entre outros, trouxeram resultados significativos. As despesas controláveis por consumidor mostram uma redução de 17 %, passando de R\$ 123,2, em 2000, para R\$ 102,2, em 2001. Apesar dessa redução e em face da contabilização de despesas de compra de energia elétrica no MAE – Mercado Atacadista de Energia, no montante de R\$20.627 mil, a CELB registrou em 2001 um prejuízo de R\$ 7.235 mil.

Com isso, o patrimônio líquido da CELB reduziu de R\$17.160 mil, em dezembro de 2000, para R\$9.925 mil, em dezembro de 2001. O valor patrimonial de cada ação ao final do exercício ficou em R\$ 78,37.

**Demonstração do valor adicionado dos exercícios findos em  
31 de dezembro de 2001 e 2000**  
(em milhares de reais)

	<u>2001</u>	<u>2000</u>
<b>1- GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		
Receitas de vendas de energia e serviços	79.315	58.882
Receitas não operacionais	241	181
Menos <b>Insumos:</b>		
Custo da energia comprada	51.201	19.430
Transporte de potência elétrica	4.351	3.896
Serviços de terceiros	3.531	3.195
Materiais	1.071	789
Outros custos operacionais	3.969	2.172
	<u>64.123</u>	<u>29.482</u>
<b>2- VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<u>15.433</u>	<u>29.581</u>
Quotas de reintegrações	2.674	2.020
Quotas de reintegrações	1.057	2.020
<b>3- VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO</b>	<u>11.702</u>	<u>27.561</u>
Receitas financeiras	1.023	777
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.433	-
<b>4- VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	<u>16.158</u>	<u>28.338</u>
<b>5- DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		
Remuneração do trabalho	7.094	9.908
Governo: (impostos, taxas e contribuições)	11.917	11.860
Transferências intra-setoriais	1.959	1.782
Juros	2.293	2.309
Aluguéis	130	104
<b>Distribuição do lucro</b>		
Juros sobre capital próprio	-	645
Participação dos administradores	-	119
Lucros retidos	-	1.611
Prejuízo do exercício	(7.235)	-
	<u>16.158</u>	<u>28.338</u>

**A Administração.**

## Demonstrações Financeiras

### Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2001 e 2000 (Em milhares de reais)

<b>Ativo</b>	<b>2001</b>	<b>2000</b>
<b>Circulante</b>		
Numerário disponível	394	285
Aplicações no mercado aberto	575	2
Consumidores e concessionárias	13.716	14.102
Títulos e outras contas a receber	2.100	1.989
Recomposição tarifária extraordinária	6.731	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.238)	(2.108)
Estoques	267	338
Impostos a recuperar	3.191	813
Despesas pagas antecipadamente	729	30
	<u>22.465</u>	<u>15.451</u>
<b>Realizável a longo prazo</b>		
Recomposição tarifária extraordinária	13.463	-
Títulos de créditos a receber	639	1.486
Créditos com partes relacionadas	5.417	4.153
Despesas pagas antecipadamente	1.125	-
Impostos a recuperar	356	-
Créditos tributários	4.943	1.687
Depósitos judiciais	2.924	470
Programa emergencial - racionamento	2.614	-
	<u>31.481</u>	<u>7.796</u>
<b>Permanente</b>		
Investimentos	105	110
Imobilizado	33.657	30.568
Diferido	762	902
	<u>34.524</u>	<u>31.580</u>
<b>Total do Ativo</b>	<u><u>88.470</u></u>	<u><u>54.827</u></u>

As notas explicativas são parte integrante destes balanços.

**Balancos Patrimoniais**  
**em 31 de dezembro de 2001 e 2000**  
 (Em milhares de reais)

<b>Passivo</b>	<u><b>2001</b></u>	<u><b>2000</b></u>
<b>Circulante</b>		
Fornecedores	29.393	3.330
Encargos de dívidas	294	354
Empréstimos e financiamentos	4.425	1.197
Folha de pagamento	241	182
Tributos e contribuições sociais	1.829	2.017
Juros sobre capital próprio/dividendos	518	939
Encargos do consumidor a recolher	662	432
Obrigações estimadas	1.077	1.290
Outras contas a pagar	1.242	1.027
	<u>39.681</u>	<u>10.768</u>
<b>Exigível a longo prazo</b>		
Fornecedores	3.336	-
Empréstimos e financiamentos	11.590	10.237
Imposto de renda diferido	709	888
Tributos e contribuições sociais	-	775
Débitos com partes relacionadas	7.077	1.203
Provisões para contingências	5.349	4.292
Outros	934	2
	<u>28.995</u>	<u>17.397</u>
Obrigações vinculadas à concessão	<u>9.869</u>	<u>9.502</u>
	<u>38.864</u>	<u>26.899</u>
<b>Patrimônio líquido</b>		
Capital social	12.665	12.665
Reserva de capital	154	154
Reservas de lucros	-	4.341
Prejuízo acumulado	(2.894)	-
	<u>9.925</u>	<u>17.160</u>
<b>Total do Passivo</b>	<u><u>88.470</u></u>	<u><u>54.827</u></u>

As notas explicativas são parte integrante destes balanços.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000**

( Em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) por ação )

	<u>2001</u>	<u>2000</u>
<b>Receita operacional bruta</b>		
Fornecimento de energia elétrica	74.046	55.563
Suprimento de energia elétrica	4.612	2.816
Outras	657	503
	<u>79.315</u>	<u>58.882</u>
<b>Deduções à receita operacional</b>		
Quotas para reserva global de reversão - RGR	318	117
Icms faturado	8.669	8.318
Pis e Cofins	2.895	2.134
	<u>11.882</u>	<u>10.569</u>
<b>Receita operacional líquida</b>	<u>67.433</u>	<u>48.313</u>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>		
Pessoal	7.094	9.908
Material	1.071	789
Serviços de terceiros	3.531	3.195
Energia elétrica comprada para revenda	51.201	19.430
Transporte de potência elétrica	4.351	3.896
Quota para a conta de consumo de combustível	1.641	1.665
Depreciação e amortização	2.674	2.020
Provisão para contingências	378	-
Outras despesas	4.054	2.010
	<u>75.995</u>	<u>42.913</u>
<b>Resultado do serviço</b>	<u>(8.562)</u>	<u>5.400</u>
<b>RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA</b>		
Renda de aplicações financeiras	163	278
Variação monetária e acréscimo moratório - energia vendida	860	499
Encargos de dívidas	(2.532)	(1.280)
Juros sobre o capital próprio	-	(645)
Atualização de provisão para contingências	(679)	(974)
Outras despesas financeiras	(114)	(374)
	<u>(2.302)</u>	<u>(2.496)</u>
<b>Resultado operacional</b>	<u>(10.864)</u>	<u>2.904</u>
<b>Receita não operacional</b>	241	181
<b>Despesa não operacional</b>	<u>(47)</u>	<u>(266)</u>
<b>Lucro (prejuízo) antes da contribuição social, imposto de renda, participações e reversão dos juros sobre o capital próprio</b>	<u>(10.670)</u>	<u>2.819</u>
Contribuição social	830	(379)
Imposto de renda	2.605	(711)
<b>Lucro (prejuízo) antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio</b>	<u>(7.235)</u>	<u>1.729</u>
Participações dos administradores	-	(119)
<b>Lucro (prejuízo) antes da reversão dos juros sobre o capital próprio</b>	<u>(7.235)</u>	<u>1.610</u>
Reversão de juros sobre o capital próprio	-	645
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	<u>(7.235)</u>	<u>2.255</u>
<b>Lucro líquido (prejuízo) por ação - R\$</b>	<u>(57,13)</u>	<u>17,81</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações.



**DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000  
(Em milhares de reais)**

	<u>2001</u>	<u>2000</u>
<b>Origens de recursos</b>		
<b>Das Operações (vide demonstração abaixo)</b>	-	6.182
<b>De Terceiros</b>		
Financiamentos captados	8.221	10.720
Contribuição de consumidores	367	34
	<u>8.588</u>	<u>10.754</u>
<b>Total das origens</b>	<u><b>8.588</b></u>	<u><b>16.936</b></u>
<b>Aplicações de recursos</b>		
<b>Nas operações (vide demonstração abaixo)</b>	16.244	-
Nos investimentos	-	20
No imobilizado	5.696	8.953
No diferido	50	950
No realizável a longo prazo	5.229	2.073
Transferência do exigível a longo prazo para o circulante	3.268	1.935
Juros sobre o capital próprio/dividendos	-	645
<b>Total das aplicações</b>	<u>30.487</u>	<u>14.576</u>
 Aumento (redução) do capital circulante líquido	 <u>(21.899)</u>	 <u>2.360</u>
<b>Demonstração da variação do capital circulante líquido</b>		
Ativo circulante:		
No início do exercício	15.451	11.597
No fim do exercício	22.465	15.451
	<u>7.014</u>	<u>3.854</u>
Passivo circulante:		
No início do exercício	10.768	9.274
No fim do exercício	39.681	10.768
	<u>28.913</u>	<u>1.494</u>
 Aumento (redução) do capital circulante líquido	 <u>(21.899)</u>	 <u>2.360</u>
<b>Operações</b>		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(7.235)	2.255
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante:		
Depreciação e amortização	2.674	2.020
Valor residual do ativo permanente baixado	128	327
Juros e variações monetárias de itens de longo prazo	1.819	384
Imposto de renda e cont. social diferidos	(3.435)	(516)
Recomposição tarifária extraordinária de longo prazo	(10.127)	-
Conta de variação de valores parcela A - CVA	(1.125)	-
Provisão para contingências	1.057	1.712
Recursos originados das (aplicados nas) operações	<u>(16.244)</u>	<u>6.182</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações.

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2001 e 2000**

(Em milhares de reais)

	<u>Reserva de capital</u>		<u>Reservas de lucros</u>			Lucro (prejuízo) acumulado	Total
	Capital Social	Remuneração de imobilizações em curso	Reserva legal	Lucros a realizar	Reserva estatutária		
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2000</b>	<b>12.665</b>	<b>154</b>	<b>327</b>	<b>392</b>	<b>2.012</b>	-	<b>15.550</b>
Realização da reserva de lucros a realizar	-	-	-	(49)	-	49	-
Transferência para reserva estatutária	-	-	-	-	49	(49)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	2.255	<b>2.255</b>
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:							
. Reserva legal	-	-	113	-	-	(113)	-
. Juros sobre o capital próprio atribuídos aos dividendos	-	-	-	-	-	(548)	<b>(548)</b>
. Imposto de renda retido na fonte incidente sobre os juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(97)	<b>(97)</b>
. Reserva estatutária	-	-	-	-	1.497	(1.497)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2000</b>	<b>12.665</b>	<b>154</b>	<b>440</b>	<b>343</b>	<b>3.558</b>	-	<b>17.160</b>
Realização da reserva de lucros a realizar	-	-	-	(49)	-	49	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(7.235)	(7.235)
Absorção de prejuízos	-	-	(440)	(294)	(3.558)	4.292	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2001</b>	<b>12.665</b>	<b>154</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.894)</b>	<b>9.925</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações.

---

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios  
findos em 31 de dezembro de 2001 e 2000**  
(Em milhares de reais)

**1. Contexto operacional**

A Companhia Energética da Borborema – CELB é uma concessionária de energia elétrica que atua nos municípios de Campina Grande, Lagoa Seca, Queimadas, Fagundes, Massaranduba e Boa Vista, no Estado da Paraíba atendendo a 123.816 mil consumidores (não auditado pelos auditores independentes).

A CELB teve o seu controle acionário (84,92% do capital votante e 75,26% do capital total) adquirido, em leilão público realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro em 30 de novembro de 1999 pela Pupart Ltda., empresa de propósito específico, controlada da Empresa Energética de Sergipe S/A – Energipe.

A CELB apresentava o capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2001 de R\$17.216. Este desequilíbrio decorre do Programa Emergencial de Racionamento, instituído pelo Governo Federal a partir de 01/06/2001 (nota nº 5), bem como a aquisição de energia elétrica no âmbito do Mercado Atacadista de Energia - MAE (nota nº 6). Para fazer face a esse desequilíbrio, a CELB já tem programada a entrada dos seguintes recursos no próximo exercício:

- . financiamento do BNDES, referente à recomposição tarifária extraordinária (vide nota nº 5), no montante de R\$10.403 (líquido da parcela de curto prazo);
- . reembolso do Ministério das Minas e Energia, referente aos custos do Programa Emergencial de Racionamento, no valor de R\$1.689 (vide nota nº 26);
- . financiamentos em fase de contratação junto ao BNDES, referente a investimentos já realizados, no montante R\$25.600.

**2. Apresentação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, e normas aplicáveis às concessionárias de serviço público de energia elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

A Aneel promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado “Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica”, contendo o Plano de Contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas e financeiras, resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 01 de janeiro de 2002.

**3. Sumário das principais práticas contábeis**

- a) As aplicações no mercado aberto estão representadas por aplicações em fundos de curto prazo e certificados de depósitos bancários que estão registrados pelos valores atualizados na data do balanço;
- b) Consumidores e concessionárias engloba o fornecimento de energia faturada e não faturada por estimativa, até o encerramento do balanço, sendo reconhecido pelo regime de competência;

- c) A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos e levando em conta as instruções da Aneel;
- d) Os estoques estão valorizados ao custo médio de aquisição, que não excede o seu valor de mercado;
- e) Os investimentos estão contabilizados ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995;
- f) O imobilizado está demonstrado ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As adições, a partir desta data, estão contabilizadas ao custo. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo de vida útil estimado dos bens e são debitadas ao resultado do exercício ou ao custo das imobilizações em curso;
- g) Em função do disposto nas Instruções Gerais 35 e 36, do Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo;
- h) O diferido está representado pelo custo de aquisição de sistema corporativo. A amortização está sendo realizada pelo prazo de 5 anos, conforme determinação do Poder Concedente;
- i) Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pelas taxas contratuais na data de encerramento dos exercícios;
- j) O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10%. A contribuição social foi calculada às alíquotas 12% em janeiro de 2000 e 9% de fevereiro de 2000 em diante. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos foram constituídos em conformidade com a Deliberação CVM 273/97, pelas alíquotas de 25% e 8%, respectivamente, que se espera estar vigentes quando da realização desses créditos;
- k) As contingências passivas estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;
- l) As receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência;
- m) Os custos associados ao plano de complementação de aposentadoria e pensão são reconhecidos pelo regime de competência;
- n) Os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;
- o) A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as práticas de contabilidade emanadas da legislação societária brasileira requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A - "CVA", Energia Elétrica Comprada e Vendida no Mercado Atacadista de Energia - MAE, Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Provisão para Contingências.

#### 4. Consumidores e concessionárias

Classes de consumo	Saldos vincendos	Vencidos até 30 dias	Vencidos de 31 a 90 dias	Vencidos De 91 a 180 dias	Vencidos de 181 a 360 dias	Vencidos há mais de 360 dias	Total	
							2001	2000
Residencial	648	595	220	172	258	758	2.651	2.784
Industrial	803	204	134	262	342	1.698	3.443	3.822
Comércio, serviços e outras atividades	526	285	250	266	153	433	1.913	1.624
Rural	45	41	26	25	53	474	664	453
Poder público:								
Federal	164	74	76	67	92	123	596	349
Estadual	145	65	67	59	81	108	525	285
Municipal	39	17	18	16	22	30	142	122
Iluminação pública	101	5	7	8	11	-	132	257
Serviço público	26	51	147	101	16	3	344	47
<b>Subtotal - consumidores</b>	<b>2.497</b>	<b>1.337</b>	<b>945</b>	<b>976</b>	<b>1.028</b>	<b>3.627</b>	<b>10.410</b>	<b>9.743</b>
Concessionárias (*)	-	-	-	-	-	-	1.663	1.546
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	-	-	1.643	2.813
<b>Total</b>	<b>2.497</b>	<b>1.337</b>	<b>945</b>	<b>976</b>	<b>1.028</b>	<b>3.627</b>	<b>13.716</b>	<b>14.102</b>

(\*) Inclui energia vendida no Mercado Atacadista de Energia – MAE (vide nota nº 6).

#### 5. Recomposição tarifária extraordinária

Com base nas disposições contidas na Medida Provisória nº 14, na Resolução nº 91, da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE, de 21 de dezembro de 2001, e na Resolução nº 31, da Aneel, de 24 de janeiro de 2002, a CELB efetuou levantamento do montante da recomposição tarifária extraordinária, aplicável a todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica, visando o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão, através do ressarcimento das perdas de consumo observadas em decorrência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, durante o período compreendido entre 01 de junho e 31 de dezembro de 2001.

A referida recomposição tarifária extraordinária se dará por meio da aplicação de reajuste às tarifas vigentes em 31 de dezembro de 2001, assim reconhecidas pela Aneel:

- a) 2,9% para os clientes residenciais e rurais (exceto baixa renda).
- b) 7,9% para os demais clientes.

A recomposição tarifária extraordinária no valor de R\$20.194, foi registrada como Receita de Fornecimento no exercício de 2001. Esse montante compõe-se de:

a) R\$15.000 referente à diferença entre a receita estimada de acordo com os parâmetros definidos nas Resoluções acima e a receita auferida pela concessionária no período de 01 de junho a 31 de dezembro de 2001, afetada pela redução de consumo decorrente do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica.

Em 11 de março de 2002, a CELB encaminhou à Aneel os cálculos da recomposição tarifária, os quais estão sujeitos à homologação pelo órgão regulador. Para que a CELB tenha direito a essa compensação, renunciou a qualquer pleito, judicial ou extrajudicial, relativo a fatos e normas concernentes ao Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica e à recomposição tarifária extraordinária, bem como aderiu aos acordos firmados entre os agentes do setor elétrico, conforme previsto pela Medida Provisória nº 14 e pelas Resoluções nº 91, da GCE, e nº 31, da Aneel.

b) R\$5.194 referente à energia disponibilizada pelos geradores livres, os quais dispunham de geração não comprometida em contratos. Essa energia foi denominada “energia livre”. Esse montante foi contabilizado como receita operacional e inclui R\$189 relativo ao Pis e Cofins.

O valor referente à energia livre foi também contabilizado como despesas operacionais com base em comunicado aos agentes, divulgado em 13 de março de 2002 pela Asmae (Administradora do Mercado Atacadista de Energia), no montante de R\$5.005, líquidos do Pis e Cofins. Esses valores serão repassados aos geradores.

Eventuais decisões das autoridades reguladoras do setor de energia elétrica, quanto à recomposição tarifária extraordinária, bem como o montante relacionado à energia livre, poderão resultar em relevantes ajustes nos valores registrados pela CELB. Os valores definitivos a serem divulgados deverão ser validados pela Aneel, conforme previsto em sua Resolução nº 72, de 07 de fevereiro de 2002.

Como parte do acordo relativo à recomposição tarifária, a CELB irá pagar à Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF os valores integrais dos contratos iniciais de fornecimento de energia elétrica, reduzidos pelo fator 0,9759, estabelecido pela Aneel. Esses valores montam, em 31 de dezembro de 2001, em R\$2.705. A soma desse valor e da energia livre, mencionada anteriormente, que totaliza R\$7.710, foi registrado no resultado do exercício, na rubrica Energia Elétrica Comprada para Revenda e compõe o saldo da conta Fornecedores no Passivo Circulante e do Exigível a Longo Prazo.

Será concedido à CELB financiamento pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, como forma de adiantamento da compensação relativa à tarifa extraordinária, no valor de aproximadamente 90% do montante a ser ressarcido. Os recursos advindos do faturamento da recomposição tarifária extraordinária dos clientes da CELB serão integralmente destinados à quitação desse financiamento. A recomposição tarifária vigorará pelo período necessário à compensação do montante apurado.

## 6. Mercado Atacadista de Energia – MAE

Período	2001		2000	
	Venda	Compra	Venda	Compra
Jul/99 a Ago/00	25	8	527	556
Set/00 a Abr/01	1.638	-	866	-
Mai/01	-	1.364	-	-
Jun a Dez/01	-	19.995	-	-
Total	1.663	21.367	1.393	556

Venda registrada na rubrica Consumidores e concessionárias;  
 Compra registrada na rubrica Fornecedores no Passivo Circulante.

Os valores referentes ao período de setembro de 2000 a abril de 2001, foram provisionados pela Administração da CELB com base nas informações disponibilizadas pelo MAE.

Nos demais meses de 2001, os saldos foram apurados levando em consideração as informações constantes do extrato fornecido pelo MAE, datado de 13 de março de 2002.

Eventuais decisões das autoridades reguladoras do setor de energia elétrica, pertinentes às operações no MAE, poderão resultar em relevantes ajustes nos valores registrados pela CELB.

## 7. Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A - CVA

As Portarias Interministeriais nº 296, de 25 de outubro de 2001 e a nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceram a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Posteriormente, a Aneel, pela Resolução nº 90, de 18 fevereiro de 2002, definiu os itens da "Parcela A", bem como a forma de remuneração econômica, mediante a incorporação dos efeitos financeiros e a definição do período para recuperação tarifária, este compreendido entre 1 de janeiro e 25 de outubro de 2001. Foram os seguintes itens incluídos pela CELB como componentes da "Parcela A":

- Quota de recolhimento à Conta de Consumo de Combustíveis - CCC;
- Tarifa de uso das instalações de transmissão integrantes da rede básica;
- Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos;
- Energia comprada estabelecida nos contratos iniciais;
- Quota de Reserva Global de Reversão - RGR;
- Taxa de Fiscalização de Serviço de Energia Elétrica - TFSEE e
- Encargos de conexão.

A CELB calculou os valores da CVA, no montante, de R\$1.563, cujo valor foi posteriormente atualizado pela variação da taxa SELIC, entre o pagamento e a data de encerramento do balanço, totalizando R\$1.688. Este valor foi registrado, na rubrica Despesas Pagas Antecipadamente, no curto e longo prazos, de acordo com as estimativas de realização. Em 11 de março de 2002, os cálculos da Parcela A contendo a atualização monetária até 25 de outubro de 2001, no montante de R\$1.018, foram encaminhados a Aneel e estão sujeitos a homologação pelo poder concedente.

## 8. Impostos a recuperar

	<u>2001</u>	<u>2000</u>
.Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	475	29
.Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	1.994	301
.Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	56	92
.Contribuição Social sobre o Lucro – CSSL	933	319
. Programa de Integração Social – PIS	-	16
.Contribuição para a Seguridade Social – Cofins	89	56
	<u>3.547</u>	<u>813</u>
.Parcela de curto prazo	3.191	813
.Parcela de longo prazo	356	-

## 9. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da receita e despesa do exercício de 2001 e 2000, calculadas pela aplicação das alíquotas fiscais vigentes de imposto de renda e contribuição social, é demonstrada como segue:

	Imposto de renda		Contribuição Social	
	2001	2000	2001	2000
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(10.670)	2.819	(10.670)	2.819
Adições permanentes	252	309	779	252
Base de cálculo	(10.418)	3.128	(9.891)	3.071
Alíquotas fiscais	25%	25%	9%	9%
Imposto de renda e contribuição social	2.605	(782)	890	276
Outros	-	71	(60)	103
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social	2.605	(711)	830	(379)

### Créditos tributários

Em 31 de dezembro, a CELB possuía créditos tributários a compensar, relativos a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, conforme natureza e valores a seguir:

	2001		2000	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Prejuízo fiscal/base negativa	5.681	6.778	-	-
Provisão para contingências	1.469	1.469	1.033	1.033
Provisão de tributos e contribuições em discussão judicial	4.221	3.258	3.833	3.325
Provisão para devedores duvidosos	3.572	3.572	368	368
Total	14.943	15.077	5.234	4.726
Alíquota aplicada	25%	8%	25%	8%
Créditos tributários	3.736	1.207	1.309	378

A Administração da CELB, baseada nas projeções de resultados futuros, estima realizar estes créditos em até 8 anos.

### Imposto de renda diferido - passivo

Composição do imposto de renda diferido	2001		2000	
Lucro inflacionário de anos anteriores	3.500	617	4.186	738
Realização do exercício	(686)	(121)	(686)	(121)
Base de cálculo	2.814	496	3.500	617
Alíquota fiscal (15% acrescido do adicional de 10%)	25%	(*)6%	25%	(*)6%
Imposto de renda diferido	679	30	851	37

(\*) Parcela do lucro inflacionário tributado à alíquota reduzida.

## 10. Transações com partes relacionadas

	Pbpart Ltda	Energipe S/A	SAELPA	Cia. Força e Luz Cataguazes-Leopoldina	Total	
					2001	2000
Saldos:						
Adiantamentos e empréstimos:						
a receber	-	5.046	-	371	5.417	4.153
a pagar	343	-	6.587	147	7.077	1.203
Transações:						



.Prestação de serviços	-	-	-	542	542	249
.Aquisição de software	-	-	-	-	-	950
.Energia elétrica fornecida (comprada)	-	3.169	(36)	-	3.133	-
.Receita (despesa) financeira	-	433	(260)	38	346	-

As transações de adiantamentos e empréstimos são remuneradas a juros compatíveis com o mercado. As referidas operações estão suportadas por contratos de abertura de crédito e foram submetidos ao conhecimento e à aprovação da Aneel.

Os valores de venda de energia estão suportados por contratos de compra e venda de energia que foram submetidos à aprovação do Poder Concedente.

As prestações de serviços, referentes às áreas administrativas e de apoio e a aquisição de softwares de sistema integrado corporativo de planejamento e gestão de recursos, foram realizadas em condições usualmente praticadas no mercado.

## 11. Imobilizado

	<b>Taxas anuais de Depreciação (%)</b>	<b>2001</b>	<b>2000</b>
<b>Imobilizado em serviço</b>			
Custo:			
Distribuição			
. Linhas, redes e subestações	2,5 a 7,7	34.176	30.093
. Comercialização	4	7.145	6.953
Administração	4, 10 e 20	4.614	4.101
		<b>45.935</b>	<b>41.147</b>
<b>(-) Depreciação Acumulada</b>			
Distribuição			
. Linhas, redes e subestações		(12.431)	(11.159)
. Comercialização		(3.078)	(2.803)
Administração		(1.611)	(966)
		<b>(17.120)</b>	<b>(14.928)</b>
<b>Imobilizado em curso</b>			
Distribuição			
. Linhas, redes e subestações		4.189	4.081
. Comercialização		625	82
Administração		28	186
		<b>4.842</b>	<b>4.349</b>
		<b>33.657</b>	<b>30.568</b>

De acordo com os artigos n.ºs 63 e 64 do Decreto n.º 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL n.º 20/1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, até a definitiva aplicação na concessão.

## **12. Diferido**

	<u>2001</u>	<u>2000</u>
Custo de aquisição de softwares	1.000	950
Amortização acumulada	<u>(238)</u>	<u>(48)</u>
	<u>762</u>	<u>902</u>

## **13. Encargos financeiros e efeitos inflacionários**

De acordo com a Instrução Geral n.º 36, do Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, foram transferidos para o ativo Imobilizado em Curso os seguintes valores:

	<u>2001</u>	<u>2000</u>
Encargos financeiros totais	3.100	1.529
(-) Transferências para o imobilizado em curso	<u>(568)</u>	<u>(249)</u>
Encargos financeiros líquidos no resultado	<u>2.532</u>	<u>1.280</u>

## **14. Empréstimos e financiamentos**

	<u>2001</u>	<u>2000</u>
Em moeda nacional, com juros de 5% à 6,5% a.a. e atualização monetária com base na variação da taxa Finel, RGR (Eletrobras)	1.606	795
Em moeda nacional com juros de até 10% a.a. acima da taxa CDI (Banco Bradesco, Mercantil e HSBC)	2.807	862
Em moeda estrangeira, com juros de 8,505% a.a. mais variação cambial (Unibanco)	<u>11.602</u>	<u>9.777</u>
<b>Total</b>	<b><u>16.015</u></b>	<b><u>11.434</u></b>
Parcela de curto prazo	4.425	1.197
Parcela de longo prazo	11.590	10.237

Os financiamentos obtidos junto as instituições financeiras estão garantidos por parcelas da receita e/ou notas promissórias emitidas a favor das instituições.

Os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	<u>2001</u>
2003	2.558
2004	2.223
2005	1.939
2006	1.939
2007	1.939
Após 2007	992
	<u><b>11.590</b></u>

### 15. Obrigações vinculadas à concessão

As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

Para fins de determinação de indicadores econômico-financeiros, essas contas, bem como os ativos correspondentes, não devem ser considerados, por não se tratarem de dívidas efetivas

### 16. Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, está representado por 94.517 ações ordinárias e 32.127 ações preferenciais, todas sem valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto e têm prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação da Companhia e na distribuição de dividendos fixos de 10% ao ano.

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404/76.

### 17. Reserva de lucros a realizar

Constituída até 31 de dezembro de 1995, com base no saldo da correção monetária de balanço, sendo revertida para lucros acumulados, integrando a base de cálculo dos dividendos, quando esses lucros são realizados mediante alienação, baixa ou depreciação dos ativos a que se vinculam. No exercício findo em 31 de dezembro de 2001, a referida reserva foi utilizada para absorção de prejuízos.

### 18. Reserva estatutária

Constituída pelo montante de lucros remanescentes, após a constituição da reserva legal e da distribuição de dividendos, limitada a 80% do capital, destina-se à ampliação e renovação de instalações e investimentos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2001, a referida reserva foi utilizada para absorção de prejuízos.

### 19. Fornecimento de energia elétrica

	<u>Não auditado</u>					
	<u>Nº de consumidores</u>		<u>MWh</u>			
	<u>2001</u>	<u>2000</u>	<u>2001</u>	<u>2000</u>	<u>2001</u>	<u>2000</u>
Residencial	102.138	94.732	109.913	125.099	20.496	20.755
Industrial	362	361	239.165	262.352	18.829	18.275

Comercial	10.003	9.522	62.574	70.318	10.216	10.157
Rural	10.559	13.133	12.023	16.635	1.113	1.378
Poder público:						
. Federal	56	53	6.859	7.174	1.233	946
. Estadual	140	140	2.671	2.863	483	379
. Municipal	506	506	2.091	2.196	378	287
Iluminação pública	12	12	14.787	19.275	1.654	1.760
Serviço público	34	34	5.279	4.894	620	482
Consumo próprio	5	6	254	299	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>123.815</b>	<b>118.499</b>	<b>455.616</b>	<b>511.105</b>	<b>55.022</b>	<b>54.419</b>
ICMS	-	-	-	-	(8.669)	(8.318)
Recomposição tarifária extraordinária	-	-	-	-	20.194	-
Suprimento de energia elétrica	1	-	30.900	37.577	4.612	2.816
Fornecimento não faturado ( líquido)	-	-	(14.989)	10.616	(1.170)	1.144
Outras receitas	-	-	-	-	657	503
<b>Total</b>	<b>123.816</b>	<b>118.499</b>	<b>471.527</b>	<b>559.298</b>	<b>70.646</b>	<b>50.564</b>

## 20. Remuneração dos administradores

A rubrica despesas de pessoal inclui o montante de R\$842 (R\$1.095 em 2000), referente a remuneração dos administradores.

## 21. Provisões para contingências

Contingências	2001			2000		
	Valor da Provisão		Depósitos Judiciais	Valor da Provisão		Depósitos Judiciais
	No exercício	Acumulada		No exercício	Acumulada	
<b>Trabalhistas</b>						
Empregados	-	443	621	-	443	470
<b>Cíveis</b>						
Consumidores	127	327	-	-	200	-
<b>Fiscais</b>						
COFINS	711	1.715	-	507	1.004	-
INSS	219	2.864	2.303	1.205	2.645	-
<b>Subtotal</b>	930	4.579	2.303	1.712	3.649	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.057</b>	<b>5.349</b>	<b>2.924</b>	<b>1.712</b>	<b>4.292</b>	<b>470</b>

No exercício de 2001, R\$679 está contabilizado como despesas financeiras e R\$378 em despesa de provisão para contingências. Em 2000, R\$974 como despesas e R\$738 como despesa de pessoal.

## 22. Seguros

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas e suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo permanente e estoques.

## 23. Instrumentos financeiros

### a - Considerações gerais

A utilização de instrumentos e de operações com derivativos envolvendo indexadores tem por objetivo a proteção do resultado das operações ativas e passivas da CELB e empresas do grupo.

A administração avalia que os riscos são mínimos, pois não existe concentração de parte contrária, e as operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez dentro de limites aprovados.

### b - Valor de mercados dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis referentes as operações com empresas do grupo constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados a projeto de eletrificação, obtidos em moeda nacional, junto a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, estão compatíveis com o valor de tais operações, não disponíveis no mercado financeiro. A CELB não tem financiamentos em moeda estrangeira vinculados aos seus projetos de eletrificação.

### c - Fatores de risco

Crédito

Possibilidade da CELB e vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a CELB monitora as contas a receber de consumidores, cortando o fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é mínimo devido à grande pulverização da carteira.

#### Moeda estrangeira

Possibilidade das perdas por conta de aumento nas taxas de câmbio, que irão impactar os saldos do passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado. A CELB, possui em 31 de dezembro de 2001, saldo de empréstimo em moeda estrangeira no montante de US\$5,0 milhões com taxa fixa de juros de 5,38% a a, acrescida de taxa Libor.

#### Taxa de Juros

Possibilidade de a CELB vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A CELB não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra este risco. Porém, a CELB monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas.

Os demais valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, encontram-se registrados nas contas patrimoniais por valores compatíveis com os praticados pelo mercado.

## **24. Contrato de concessão de distribuição**

Em 4 de fevereiro de 2000, foi assinado o Contrato de Concessão nº 08/2000 - ANEEL, em que o Poder Concedente outorgou a concessão de distribuição de energia elétrica nos municípios de Campina Grande, Lagoa Seca, Queimadas, Fagundes, Massaranduba e Boa Vista, no Estado da Paraíba, pelo prazo de 30 anos, contados a partir da assinatura do referido contrato.

## **25. Plano de suplementação de aposentadoria e pensões**

A CELB é patrocinadora de um plano de complementação de aposentadoria, gerido pela BB Previdência, que tem por finalidade principal assegurar aos seus empregados a prestação de benefícios complementares ou assemelhados aos concedidos pela previdência oficial.

É adotado o "Plano de Benefício Definido" e o "Regime Financeiro de Capitalização" para o cálculo e acumulação de recursos necessários ao plano previdenciário.

O equilíbrio financeiro do plano é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, com o objetivo de se verificar se as contribuições estão sendo suficientes para a formação das reservas necessárias para o pagamento dos benefícios em curso e futuros.

Em 31 de dezembro, o plano apresentou superávit técnico no valor de R\$1.065 (R\$1.126 em 2000), conforme parecer atuarial constante do "Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios".

A CELB contribui mensalmente com 3,40% sobre a sua folha de pagamento, e a despesa do exercício, referente a esta contribuição totalizou em R\$ 128 (R\$ 180 em 2000)

Em 31 de dezembro, a posição atuarial do plano patrocinado pela CELB era como segue:

	<u>2001</u>	<u>2000</u>
<b>Reservas Matemáticas</b>		
Benefícios concedidos	63	64
Benefício do plano	63	64
Benefícios a conceder	393	5
Benefícios do plano com geração atual	3.739	3.852
Outras contribuições da geração atual	(3.346)	(3.847)
Total reservas matemáticas - Passivo atuarial	456	69
Fundo de garantia (Ativos)	1.521	1.195
Superávit acumulado	<u>1.065</u>	<u>1.126</u>

Levando em consideração as disposições da Instrução CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, o superávit atuarial não foi reconhecido.

## 26. Programa Emergencial - Racionamento

Devido ao baixo nível das principais bacias hidrográficas brasileiras observado no primeiro semestre de 2001, o Governo Federal instituiu, a partir de 1º de junho de 2001, um programa de racionamento de energia. As principais medidas adotadas podem ser resumidas da seguinte forma:

- a) cobrança de sobretaxas nas tarifas aos consumidores que não cumpram a meta de redução de consumo, definida inicialmente em uma redução de 20%;
- b) distribuição de bônus para consumidores de determinadas faixas de consumo, que apresentem redução superior à meta estabelecida;
- c) autorizado aos consumidores das classes industrial e comercial realizarem diretamente compra e venda de energia elétrica, através da emissão de certificados de energia e/ou transações bilaterais, para cobertura dos excedentes às suas respectivas metas de consumo ou comercialização de suas sobras mensais.

Os certificados recebidos/emitidos foram registrados pela Companhia no MAE.

A CELB contabilizou os seguintes valores de custos a reembolsar, sobretaxa e bônus:

	<u>2001</u>
Custos do racionamento – (Realizável a longo prazo)	302
Sobretaxa – (Outros – Exigível a longo prazo)	(925)
Bônus – (Realizável a longo prazo)	2.312
Total a reembolsar	<u>1.689</u>

## 27. Resultado por atividade

A CELB somente exerce a atividade de distribuição de energia elétrica. Dessa forma, a demonstração do resultado atende ao Ofício Circular nº 838/2000 da ANEEL.